ÍNTEGRA

“Nesses dois anos, o Brasil mudou muito”

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, na reunião de balanço de governo, no Palácio do Planalto:

“Senhores ministros,
Senhores líderes,

Muito bom dia. Pedi a presença dos senhores, aqui, hoje, nesta sala, porque estamos nos aproximando do final do ano. E, como já fizemos no ano passado, é um momento de alguma reflexão, de alguma prestação de contas. E eu acho que a melhor maneira de nós prestarmos contas aos país é de forma aberta. Pedi que a imprensa assistisse ao nosso encontro e diante dos líderes do Congresso, que são aqueles que representam a vontade do povo, tal como foi expressa, livremente, pelas urnas no Brasil.

E, se Vossas Senhorias me permitem, farei uma síntese de alguns resultados do que nós estamos fazendo e pediria que houvesse alguma complementação por parte dos ministros de algumas das áreas mais estratégicas, do ponto de vista do nosso programa de governo. Claro, tudo isso será feito com certa brevidade. Os senhores vão receber uma série de informações, uma série de tabelas. E, mais adiante, receberão um livreto contendo, mais pormenorizadamente, as análises pertinentes.

Em primeiro lugar, sem nisso inovar em nada, apenas para que nós tenhamos um quadro de referência, eu queria reiterar que, nesses dois anos, o Brasil mudou muito. Seria incorreto imaginar que ele começou a mudança, coincidentemente, com o nosso governo. Não é assim. Um país sofre processos de mudança, sofre momentos de estagnação. E, na verdade, eu diria qu, de forma mais organizada e mais sensível, as mudanças começaram a ocorrer quando foi aprovado o Plano Real. Na verdade, mesmo antes, quando nós conseguimos, através do apoio do Congresso, estabelecer o chamado Fundo Social de Emergência, que permitiu ao governo um maior controle sobre o gasto público e que nós começássemos a divisar condições para uma retomada de crescimento e para uma organização mais em profundidade da vida do nosso país, da vida política, da vida econômica, da vida social, e até mesmo, da vida cultural do nosso país.

E eu acho que convém, sempre, reiterar que o que nos enche de satisfação, como brasileiros, é o fato de que tudo isso está sendo feito num clima de ampla liberdade. Há algumas experiências de estabilização econômica bem sucedida, mas poucas foram feitas dentro de um quadro político tão fluido, com tanta liberdade de informação, de participação como o que está ocorrendo, hoje, no nosso país. E muitos dos senhores foram atores nesse processo, ministros e parlamentares, e se recordam de que, no início, quando nós estávamos lançando o Plano Real, era um momento de gravidade política, por assim dizer. Havia, no Congresso Nacional, muita incerteza, muita dúvida quanto aos processos em marcha. E nós tivemos muito êxito por causa do esforço coletivo, porque houve uma convergência de vontade.

Um outro ponto que eu queria, inicialmente assinalar, além desse quadro de liberdade no qual tudo isso foi feito, é o fato de que o Brasil, ao mesmo tempo em que reorganizava a sua vida interna, teve que se haver com um desafio muito grande, porque a economia internacional mudou e a correlação política das forças, no plano internacional, também é outra. Então, tivemos que nos adaptar, criativamente, à globalização e ao fato de que nós deixamos de viver num mundo bipolarizado. São dois fenômenos de grandes proporções.

Não vou insistir sobre a globalização, porque todos sabem no que consiste. Quero apenas insistir num conceito que tenho emitido, já com certa regularidade: a globalização não significa uma camisa de foça. A globalização significa, dependendo da nossa capacidade construtiva de reação e de adaptação, uma janela de oportunidades. Nós temos novas oportunidades. Se nós não formos capazes de aproveitar as oportunidades, aí, sim, teremos sido vítimas passivas de uma transformação que nos terá atado numa condição que, eventualmente, pode não ser melhor para nós. Mas se nós definirmos, como estamos definindo, uma política construtiva, em que nós possamos definir, até certo ponto, quais são os nichos internacionais nos quais a nossa economia pode se inserir com vantagem, isso se reveste de um outro caráter, um caráter favorável ão nosso país.

Ao dizer isso, também quero esclarecer mais uma vez que, para nós, mormente no meu caso, da minha trajetória política e da trajetória do meu partido — e isso, eu creio, é compartilhado por muitos partidos aqui presentes — nós não consideramos o mercado um valor. O mercado é uma condição, mas não é um valor. Nós não acreditamos que a política deva ser a conseqüência de uma decisão de mercado. E outra a nossa visão. Valor, para nós, é a liberdade, é a justiça, é a igualdade, é a distribuição de renda, é oferecer emprego. São valores. É melhorar a condição de vida do povo. Como se dizia e os clássicos de ciência política falavam no tempo da Grécia: é a felicidade.

Hoje, pode parecer até um pouco canhestro o presidente da República dizer que o objetivo é a felicidade. Mas isso é nos termos clássicos do bom governo. Ninguém aqui subscreveu a idéia de que, como conseqüência da expansão do mercado, haverá o bem-estar. Não. Como conseqüência da vontade coletiva, organizada politicamente e instrumentada pelas ações de políticas e privadas é que é possível gerar uma situação de bem-estar.

E, portanto, ao mesmo tempo em que nós estamos nos inserindo no mercado internacional, muito ativamente, e que eu faço um empenho até pessoal, de mostrar um novo Brasil, de viajar, de atrair capitais, de mostrar que o Brasil é um país que hoje é maduro, ao mesmo tempo, nós não estamos, simplesmente, abdicando da reforma do Estado. E de compreender que o Estado, no mundo contemporâneo, é peça essencial para uma política de igualdade de rendas, de melhori de condições de vida do povo.

Nós não estamos aqui, por conseqüência — ao contrário do que os críticos mais vulgares imaginam — simplesmente numa nova forma de *'laissez-faire'* em que, ao minguar o Estado, ao aumentar o mercado, a felicidade é produzida. Não é assim. Nós estamos, pelo contrário, ao mesmo tempo que entendendo o que significa o mundo atual, o desafio da globalização, nós estamo, ao mesmo tempo, aparelhando as nossas políticas públicas melhor, redefinindo as funções do Estado e agindo de forma conseqüente para que possamos ter, efetivamente, aquilo que nós todos desejamos.

Esse é o contexto das nossas ações de governo, que têm tido um apoio imenso no Congresso. Apoio da população — todas as pesquisas mostram isso — mas no Congresso tem apoiado também. E já vamos mostrar de que maneira tem sido possível esta realização.

Comecei, nesse balanço de dois anos de governo, por mencionar, talvez, informações que os senhores conhecem e que os ministros das áreas econômicas têm maior competência para apresentá-las, mas que convém rememorar, neste final de ano. E eu pediria, se fosse possível, e quando necessário, que houve algum tipo de projeção.

Comecemos por aquilo que foi o ponto de partida das nossas transformações econômicas: o combate à inflação. Nós estamos, hoje, a trinta meses de governo. Trinta mess de governo e aquilo que os mais maldosos imaginavam, que era um artifício eleitoreiro — que foi o Plano Real — mostrou ao país, hoje, que é muito mais do que isso. É um pilar efetivo da nova organização da ação do governo, em termos do controle do gasto público, em termos do controle da moeda e assim por diante.

Basta dizer que a inflação acumulada em doze meses, quando se compara 95, quando nós já havíamos tido uma baixa considerável, com 96, grosso modo, ela passa de 20% ao ano a 10% ao ano.

Há vários indicadores — aí estão, no quadro — que mostram isso com facilidade e clareza, os vários índices que medem a inflação, sendo que, em alguns deles, realmente nós estamos já em um dígito, ou seja, abaixo de 10% na inflação até novembro de 96. Mas tudo indica que ela vai ficar ao redor de 10% na média dos índices, até dezembro de 96.

Bom, depois de 30 meses, significa que, efetivamente, a memória inflacionária começa a se esboroar. Começa, eu repito, a se esboroar. Isso significa que, por trás desse esforço, que é um esforço grande, do conjunto do governo, existe também uma mudança de mentalidade, porque a questão da indexação, que foi um invento brasileiro — não quero nem mencionar os autores — que teve um propósito, mas acabou resultando noutro, e que foi um mecanismo de reprodução automática da inflação, começa a desaparecer.

Pois bem, se nós quisermos ver — na página 7, no outro gráfico — em termos de um gráfico linear o que aconteceu, vamos ver o seguinte: a inflação, que antes se alcançava, rapidíssimamente, numa semana, foi a inflação de um ano. Dez por cento era a inflação de uma semana, no passado. Hoje, é um ano. São dados sensíveis, fáceis, todo mundo percebe, etc.

Mas, o que é mais interessante — ver lá na página 8 das tabelas aí disponíveis — é o seguinte: no início foi possível, graças à abertura da economia— e os senhores verão, eu não vou repetir a todo instante que a média das nossas tarefas de importação caíram para 12% — portanto, graças à abertura da economia foi possível controlar a inflação daquilo que era importável, porque havia uma referência de preço, que era o preço internacional. É muito difícil controlar a inflação nos serviços, porque os serviços são como se diz em 'economês', 'non tradables', não se pode importar serviços com facilidade e intercambiar serviço.

Pois bem, aqui estão as varições de preços dos serviços, aluguéis, serviços médicos e mensalidades escolares. O que esse gráfico mostra é que eles estão convergindo e estão caindo. Isso depois de 30 meses. Não há nenhuma novidade nessa afirmação. Em todos os processos conhecidos, de controle de inflação — é o que eu aprendo com os ministros da área econômica — em todos os processos conhecido, esse foi o padrão. Ou seja, o setor de serviços resistiu mais à queda de preços até que chegou o momento em que o mercado, realmente, chega aos serviços e os preços caem. É sensível a queda, sobretudo dos aluguéis, que é visível. Num primeiro momento, foi difícil. Eles sustentavam em patamares mais altos a média inflacionária global e, agora, eles estão caindo e convergindo todos, e vão convergir para a média da inflação, também, dos produtos, que são de não-serviços. Isso é um fato muito importante do ponto de vista de notar que há um controle e que, realmente, os efeitos de mercado são fortes.

O mais significativo de tudo isso que, dito abstratamente, já se entende qual é o processo, é o que acontece com a cesta básica. A cesta básica, realmente, no dia 1º de julho de 94. Ela estava em R$ 106,95. E, no dia 10 de dezembro de 96, em R$ 106,94. Isso são números absolutos. É o valor nominal. Aqui, não está deflacionado. Ou seja, na prática, a população de baixa renda teve um benefício muito maior do que o benefício das outras camadas, porque aí num gráfico simples como esse, se expressa o podrque da população apoiar o Plano Real.

O Plano Real tem, hoje, o apoio maior do que jamais teve, desde seu início. Assim como — e isso me satisfaz naturalmente — o governo e o próprio presidente da República. Todas as indicações são nesse sentido. É porque nós trabalhamos. Não é porque nós fizemos demagogia, concessões ou promessas. Fizemos, aí está.

Bom, é claro que disso derivou aquilo que era nossa preocupação. Se os senhores se recordam da (...) no início do Plano Real a respeito das conseqüências do Plano Real, em que dizia que o Plano Real na verdade iria levar a desemprego, recessão e a população teria o seu bem-estar diminuído. Todos os dados mostram o contrário. E eu vou mostrar os dados.

No consumo de alimentos — na página 10 — estão aí os resultados, em termos de ovos, frangos, conservas, congelados e iogurte. Comparação entre 94 e 95, porque nós não temos ainda os dados finais para 96, onde continuou — e vou mostrar alguns dados aumentando. O consumo de frango é, realmente, a expressão dessa melhoria de acesso, por parte da população de baixa renda, às proteínas. Surpreende o iogurte, que tem um aumento muito maior do que os outros. Há mudança no padrão de consumo. Aqui, não se trata de qualidade só — o que já seria importante — é a mudança do padrão de consumo. O consumo protéico aumentou, no Brasil.

Na página seguinte — eu vou passar depressa, para não cansá-los — nós temos dados, aí, sobre aumentos nas vendas de eletro-eletrônicos, eletrodomésticos. E há duas tabelas, essa primeira, essa que está aí presente. Não, perdão, recua. Essa é os domicílios — isso é um dado importante — nós pegamos dados que são do PNAD e dados que são de outros tipos de pesquisa. Veja como houve aumento, nos domicílios no Brasil, do consumo de TV, refrigerador e freezer. É muito significativo. Porque já não se trata só da cesta básica: trata-se de uma mudança, realmente, na condição efetiva da vida da população.

Quando se vai para a venda de automóveis vejam os números: automóveis populares que cresceram significativamente em 94, 95 e 96. Claro que a produção de automóveis aumentou muito, em geral. Mas automóveis populares cresceram mais depressa do que o crescimento da produção total e automóveis, ou seja, neste aumento de produção, de consumo de carros, de compras de automóveis, as camadas que não tinham acesso passaram a ter mais acesso. Isso também é um dado importante. Isso só pode ocorrer porque houve uma distribuição de renda. Eu repito porque é importante: houve uma distribuição de renda.

O Real, o plano econômico, chamado de Real não apenas controlou a inflação, mas controlou de modo a permitir que a população mais pober não pagasse o custo desse controle. Poucos programas existem disponíveis, para exemplificar, como este, quando é possível controlar a economia controlando a inflação, sem que haja um aumento de carga negativa desse controle caindo nos ombros da população.

O número de pobres diminuiu sensivelmente. Esse é um estudo feito por um pesquisador do Ipea e mostra que, entre 93 e 95, em números absolutos, houve uma redução de 13 milhões de pobres na linha de pobreza. Nós já tínhamos tido um dado anterior mostrando que, as principais capitais, 6 capitais, o número de famílias, ou melhor, de pessoas, havia diminuído em 5 milhões. Este dado é mais geral, ele mostra que no Brasil houve uma diminuição, superaram a linha de pobreza 13 milhões de pobres.

De modo que, quem continua dizendo que o Plano Real é feito para ajudar banqueiro, é feito para os ricos, simplesmente. Ou mente ou é ignorante. Eu não sei o que é mais triste. Eu diria até que é mais triste mentir, porque a ignorância não é culpa de ninguém, mas a mentira é. E tem gente que sabe que isso é assim e continua dizendo o contrário por razões puramente eleitoreiras. Os dados estão aí. É claro que se houver outros dados tem que mostrar. Como ninguém mostrou, nunca, nenhum outro, é assim mesmo.

Então, houve efetivamente uma diminuição do número de pobres, e teve como conseqüência uma redução das classes 'd' e 'e'. Esse dado é muito interessante. Houve um aumento de 21% da classe 'a' e 'b'. Esse dado é d Datafolha, e a classe 'd' e 'e' teve uma diminuição de 17%. Eu estou dando a porcentagem, vocês vêem, dá para ver, mas é mais fácil dar o número porque a curva indica isso. Quer dizer: os que conhecem um pouco de estrutura social, sabem que o dado mais difícil de mexer é este aqui, porque esse é estrutural.

Eu me recordo de, há muitos anos, ter lido trabalhos sobre a Inglaterra para verificar a distribuição funcional da renda na Inglaterra, como é que a renda se distribuía entre as várias classes sociais, durante um século. Quase nada. São dados antigos, até os anos 60. Quase nada. Por que? Porque é muito difícil alterar. São dois fenômenos diferentes. O que eu mostrei sobre pobreza poderia estar acontecendo, poderia estar aumentando o bem-estar, mas os ricos aumentando mais depressa. Aqui não está acontecendo isso, todos estão ganhando, mas quem mais está ganhando nesse 'estar ganhando' são os mais pobres, e isso é que é o difícil. O difícil não é somente... é bom levantar o piso, jé é bom para o país quando a renda toda sobe. Sobe e puxa um pouco o debaixo, mas pode estar subindo e mantendo a desigualdade. Aqui está subindo e começando a diminuir a desigualdade. São várias formas distintas de mostrar o mesmo fenômeno, ou seja, os efeitos positivos do Plano Real sobre o bem-estar da população.

Isso pode se ver de outra maneira também. Aqui é o rendimento mensal médio dos 10% mais pobres cresceu. Isso também é interessante. Os 10% mais pobres dobraram entre 93 e 95, o rendimento médio mensal. Dobrou. São outras maneiras de dizer a mesma coisa. Dados para mostrar os efeitos positivos da política econômica estão aí, do ponto de vista do bem-estar da população do Brasil.

Bom, um outro argumento que se manejava muito, de forma crítica contra o Real: estão segurando a moeda, está sendo controlada, mas não há crescimento da economia. Se não houvesse crescimento da economia, vale dizer que nada disso seria possível. Esse quadro de expansão da consumo não pode existir numa economia estagnada, é *'lana caprina'*, não pode. É só olhar aí os dados que vocês estão vendo ali, tomando 1980 como base, e nós estamos vendo um crescimento grande que nós imaginamos que, entre 93 e 98, o Brasil terá crescido 30% do produto bruto. Por isso que eu disse outro que nos primeiros anos do próximo século o nosso produto deve estar por volta de 1 trilhão de reais. 1 trilhão de reais. Se a população se mantiver nessa taxa de crescimento que é declinante, isso vai significar uma renda per capita de mais ou menos 6 mil dólares. Não é isso senhores ministros? 6 mil dólares, o que já significa um avanço considerável, não suficiente. Nunca nada é suficiente. Nós queremos mais.

Mas não nos venham dizer que não existe crescimento, até porque, como os senhores estão vendo ali. Ali está 93, que é o ano do começo do Real, a curva inflet na direção do crescimento sem nenhuma (...) É claro que, se (...) com má fé tomar um trimestre negativo, pode usar-se a estatística como se quer. Mas é com má fé, porque se utilizarmos de uma maneira correta, ou seja, qual é a base, qual é o período que se toma, ver-se-á que, efetivamente, nós estamos estamos num processo de estabilização da moeda, de crescimento econômico e de distribuição de renda. Acho que isso é fundamental passar ao país, porque não é uma imagem, ela é uma fotografia. Não é um desenho livre da realidade. É uma fotografia.

Quero dizer, também, que a outra crítica, muito comum, sobre os efeitos da política econômica, vem junto com a recessão, com o catastrofismo ou com a fracassomania, como eu qualifiquei, no decorrer desses anos, é a idéia de que: 'Tudo bem, mas a taxa de desemprego está aumentando'.

Por favor, passem os dados sobre a taxa de desemprego. Essa é a taxa de desemprego, tal como ela é medida pelo IBGE. É a única que é comparável internacionalmente, porque é a que segue a mesma metodologia que se aplica em outros países. A taxa de desemprego cresceu, efetivamente. Pode-se ver, ali, que, num dado momento, entre 95 e outubro de 96, houve um crescimento. Depois, ela se estabilizou. E ela está, hoje, mais baixa do que estava em 93.

Isso não quer dizer que não exista desemprego. Isso quer dizer que nós estamos medindo, na média, o que acontece em termos nacionais. Conforme a pergunta que se faça, vem a resposta. Se eu faço a pergunta: o senhor está procurando emprego nos últimos três meses ou na última semana, varia. Se eu pergunto às crianças de mais de 10 anos ou aos adultos de mais de 18, varia.

Quando se chega a uma taxa de 14% é porque estão incluindo pessoas de mais de 10 anos de idade. Ora, o governo está combatendo o trabalho das crianças. Quanto menos trabalharem com essa idade, se estiverem na escola, melhor.

E 14% é em São Paulo, no Município de São Paulo. Por que razão? Porque, efetivamente, em certa áreas do Brasil, houve um aumento de desemprego. E houve um aumento do desemprego porque ós estamos passando por uma transformação do padrão econômico do país, do investimento industrial e até uma transformação geográfica. Está havendo uma deslocamento de empresas do Sul, do Sudeste para o Nordeste e para o Norte, sobretudo as empresas intensivas em mão-de-obra, com têxteis e calçados. E isso produz incômodos em certas áreas.

Está havendo uma transformação significativa no que diz respeito à indústria automobilística. E, aqui, eu quero lhe dizer que é com agrado que o governo registra que, no início do governo, nós tínhamos dois Estados que produziam automóveis: São Paulo e Minas Gerais. O ministro mineiro já chamou a atenção, com toda razão. Pois bem, São Paulo e Minas, hoje, têm mais fábricas do que tinham no começo do governo. Têm mais fábricas. Aumentaram a produção e aumentaram o número de fábricas. A esses dois Estados acrescentamos o Rio de Janeiro, o Paraná, o Rio Grande do Sul, fábrica de motores de Santa Catarina e estamos, aqui, ansiosos de que isso se espalhe para o Nordeste também e, eventualmente, para Goiás.

Quer dizer, está havendo um espraiamento das fábricas de automóveis, de tal maneira que, por volta do fim do século, o Brasil deve ser o quinto maior produtor de automóveis no mundo e o quarto maior consumidor. Veja, não se trata de fazer mais os mesmos carros. Trata-se de produzir novos carros com padrão global. Portanto, com nova tecnologia. O que leva a ter conseqüências complicadas na produção de autopeças. E as fábricas de autopeças se deslocaram e mudaram de padrão, também. Algumas fecharam.

O governo não cruzou os braços diante disso. O BNDES fez um programa especial para atender as fábricas de auto peças, da mesma maneira como fez um programa especial para indústria têxtil e para a indústria de calçados, porque — repito — nós não estamos achando que basta deixar que o mercado opere. O governo está atento aos fenômenos que, sim, existem de desemprego localizado, que, sim, existem de reestruturação industrial, que têm conseqüências, eventualmente, negativas, mas que podem ser superadas e que nós estamos superando.

O fato é que a taxa geral de desemprego é essa que o IBGE tem publicado. E o último dado que está aí é de outubro de 96. Logo, sem negar a necessidade de atenção à questão do emprego, até, muito pelo contrário, fazendo um grande esforço. Os senhores verão, aí, que nos programas no Ministério do Trabalho, do Proger e outros programas dessa natureza, que são programas de treinamento, de retreinamento de mão-de-obra, que se contam — pediria, depois, ao ministro que desse alguns dados — em milhões de pessoas que passam por esses programas e bilhões de recursos que são destinados a esses programas, alguns dos quais são feitos pelos sindicatos, com dinheiro federal, outros, por municípios e outros por Estados.

É claro que nós não vivemos mais aquela época em que nós púnhamos tabuleta em tudo que se faz. Então, muita gente (...). Não nos importa isso. Nós estamos pensando é no Brasil, não é na glória do eventual governante. Se as coisas vão bem no Brasil, não importa quem seja o eventual, digamos, que ostente, eventualmente, os louros daquele avanço, desde que a população melhore, porque a população sabe discernir perfeitamente bem.

Quando vamos ver a taxa de desemprego comparativa, vale a pena olhar, também... Taxa de desemprego comparativa. Esta aí. Ver-se-á que apenas o Japão tem taxa de desemprego menor do que a do Brasil. A nossa está próxima dos Estados Unidos. Olhem a da França. Olhem a da Espanha.

Pois bem, isso foi conseguido porque há uma política de crescimento. Há uma política de crescimento. Há um problema, que é herdado do período inflacionário e que tem a ver, também, com certos processos de ajustamento da nossa economia ao mercado internacional, que diz respeito à taxa de juros. Eu peço que mostrem aí. Já está lá. Taxa de juros selic, ou seja, a taxa de juros primária que o Banco Central paga sobre os títulos do governo, quando coloca títulos do governo ou overnight. Olha o que aconteceu. Eu não vou repetir o que já se sabe. Subiu a 4,26, por causa da crise ocasionada com a mudança do México, que foi em dezembro. Teve efeitos sobre o Brasil. Mexemos na banda. Houve muita intriga, que nós perdemos 10 bilhões de dólares das nossas reservas. Tivemos que atuar. Subiram as taxas de juros. Mas, de lá para cá, olha o que aconteceu.

E devo dizer que há uma outra crítica, justa, de que a taxa de juros para o setor produtivo é muito alta. Continua sendo, mas caiu sensivelmente. A taxa de juros, a chamada TJLP, que é a taxa de juros de longo prazo, que é a taxa de juros que vai financiar o investimento, agora, nesse momento, em dezembro, é 11% ao ano. E tem uma trajetória declinante. Governo que se preza não faz tudo ao primeiro grito, tem programa. Reage com tranqüilidade mas decide.

Pois bem, a nossa decisão foi de que iríamos fazer com que as taxas de juros declinassem, no decorrer do tempo, e nós fizemos. Claro, nós temos, ainda, muitos problemas. Eu queria mencionar que, na parte agrícola, houve uma transformação significativa, não só em termos das taxas de juros, que baixaram consideravelmente, para o setor produtivo, como também, porque nós introduzimos formas novas de financiar a agricultura, no que diz respeito à pequena agricultura familiar. Criamos um programa chamado Pronaf, que já atendeu, este ano, 250 mil pequenos produtores. Eu volto já a esse tema.

Bom, é claro que, nessa mesma linha — e eu vou passar, agora, mais depressa ainda, porque eu vou pedir aos ministros da área que falem — de retomada do crescimento, nessas novas condições, um crescimento que tem um perfil já definido, em termos de controle dos fatores macro, que afetam a população, nós temos que criar as condições para que o setor privado atue mais fortemente nos investimentos.

Essa é uma grande modificação, que existe no mundo de hoje, e no Brasil. Se as grandes obras do Brasil do passado forem feitas — e foram feitas corretamente — porque houve, sempre, algum imposto para manter a poupança, criar a poupança para o investimento, nos dias de hoje essa poupança é, crescentemente, privada. Cabe, portanto, ao governo, criar condições de infra-estrutura, para que essa poupança possa ser atraída e aumentar a sua produtividade e os seus ganhos.

Então, nós temos, aí, um grande esforço que vai, desde os programas de redução dos custos de infra-estrutura até novos investimentos. Por redução dos custos de infra-estrutura, eu coloco aqui os programas de privatização. Olha o que aconteceu com as privatizações, 90, 92, 93, 94, 95, 96 e estamos acelerando.

É de notar que, na parte de infra-estrutura, é muito importante o que aconteceu com a malha ferroviária federal. A Rede Ferroviária Federal era exemplo, no passado, de ineficiência. Pois bem, não se imaginava a possibilidade de que ela fosse aceita para ser gerida por capitais privados. Hoje, praticamente toda a rede — 97% da carga da malha ferroviária — já está sendo feita sob a forma de lei de concessão de serviços públicos. Isso tem um efeito imenso porque, ao fazer-se a concessão não apenas se faz um leilão e se passa a gestão, como se têm requisitos de investimento. Esses investimentos, que são necessários, o governo não tinha como fazê-lo. Ou teria que diminuir o que gasta com a saúde, com a educação e etc. E isso, hoje, passou para mecanismos privados.

Além do mais, também na parte de energia elétrica, nós já fizemos um esforço muito grande de concessões: quase 70 contratos com o setor privado, para a retomada de obras de médio e pequeno porte. Isso vai acrescentar bastante à nossa capacidade produtora.

Bom, convém dizer, também, que os portos estavam paralisados, em termos da sua modernização. Nós já incluímos 31 pontos no programa nacional de desestatização e já temos 7 privatizações que estão encaminhadas. E as rodovias começarama ser, também, objeto de concessão. A via Dutra já é objeto de concessão, a rodovia que vai do Rio de Janeiro a Juiz de Fora e a Ponte Rio-Niterói já foram objeto de concessão.

E temos tido imensas dificuldades, porque os que se opõem à concessão, ou mesmo os que perdem, por causa da nossa lei de licitações, vão aos tribunais e, freqüentemente, obras importantes são paralisadas por liminares. E levam meses paralisadas, com enorme prejuízo para o país, sob a alegação de que há um direito tal ou qual ferido. Se fosse verdadeira, muito bem, em geral é manobra proletária de quem perdeu a concessão ou de quem é, em princípio e em tese, contra a idéia de concessão de serviços públicos. Estão custando muito essas objeções ao erário público e ao país.

Mesmo assim, estamos avançando nas concessões. Devo dizer — e eu peço, depois, que o ministro Kandir fale sobre o Programa Brasil em Ação, onde nós selecionamos os projetos que nos parecem estruturantes, do Brasil que, nesses projetos, existem váriso que dizem respeito aos corredores, ou seja, à melhoria das condições de transporte. Alguns deles vão começar a funcionar o ano que vem. Eu me refiro sempre ao projeto do rio Madeira e rio Amazonas, porque eu acho que é muito importante.

Aqui nós vamos mostrar... Esses são os investimentos, nesse grupode projetos. Nós vamos mostrar, mais adiante, qual é a redução que isso significa, em termos do custo de transporte, por exemplo, das soja. Cada um desses corredores tem um efeito enorme, às vezes 50% do custo cai. Ou seja, nós estamos criado, efetivamente, as condições para baixar, reduzir o custo-Brasil, aumentar a produtividade, aumentar a competitividade e permitir que o Brasil avance com mais segurança.

Na área econômica, não apenas houve evidentemente, esse tipo de investimento, na infra-estrutura, a reorganização da economia agrícola, a retomada do crescimento industrial, com muita dificuldade, mas nós tínhamos — e temos ainda — persistentes problemas com o déficit operacional do setor público. Não se trata dos gastos da União. São os gastos da União, dos Estados, dos Municípios e das empresas estatais.

Esse déficit, embora não seja assustador — e não é — nós estamos controlando. Os senhores sabem com que dor de coração controlamos, por exemplo, salários no setor público federal. E muitos governadores estão fazendo um esforço imenso, e o Ministério da Fazenda tem apoiado esses governadores. Eu não quero nominá-los, porque poderia me esquecer de algum, mas há um espírito novo na administração estadual, também, e na administração estadual, também, e na municipal.

Apesar disso, nesta fase de transição, até que as finanças se reorganizem, nós ainda temos que lidar com o déficit do setor público e é mais fácil baixar a taxa de juros — que eu mostrei que estamos baixando — do que controlar certos fatores macroeconômicos, do que o gasto, do que a questão fiscal. Porque a questão fiscal depende dos juros, que nós estamos baixando, mas depende, fundamentalmente, da reforma da Previdência e da reforma administrativa. E nós não conseguimos fazer passar até hoje essas duas reformas e — renovo o meu apelo aos líderes aqui presentes — são fundamentais. Sem elas, nós não vamos ter o horizonte completamente tranqüilo no que diz respeito ao déficit público. E esse é o problema que nos atanaza. Repito, não estou usando um argumento... até porque o governo tem capacidade operacional para evitar que isso provoque uma desorganização na estabilização da moeda, no real. Nós temos demonstrado capacidade para isso. Com muito esforço.

A Previdência, para se equilibrar, tem feito um esforço imenso e, mesmo assim, estamos sempre no limite. Em dezembro, tomamos dinheiro emprestado para pagar o 13º salário. Não achávamos que fosse justo que a população sofresse as conseqüências da nossa impossibilidade de termos controlado esses déficits. Esse é um problema que preocupa. Mesmo assim, fizemos economias. Nós cortamos, como os senhores sabem, muitos benefícios, que são privilégios, de servidores públicos federais. Tivemos uma redução de cerca de 1 bilhão de reais nessa área e, também, na Previdência Social, no combate à fraude, com a eliminação de privilégios, a proibição de acumular salários. Conseguimos, através dessas medidas, ainda sem termos a reforma necessária, conseguimos manter as coisas relativamente sobre controle. Essa é uma preocupação.

A outra preocupação muito comumente mencionada é o setor externo da economia brasileira. O que acontece é o seguinte: com a abertura da economia, nós tivemos acesso a matérias primas e equipamentos. Houve um crescimento da... Isso é a tarefa nominal média a que eu já me referi, 12%, e para mostrar o grau de abertura da economia. A economia abriu bastante de 91 para 92 que foi a grande queda, depois nós mantivemos. A abertura teria um ritmo menor, mas quando (...) foi continuado, portanto a abertura foi, realmente, feita em governos anteriores ao governo do presidente Itamar Franco. Mas nós continuamos essa abertura conscinete, deliberadamente, porque ela é essencial para a modernização do país e para que haja o bem estar da população. Pois bem, com essa abertura houve acesso a bens de consumo. Isso é normal nas economias contemporâneas.

A população se habitua a novos padrões, exige mais qualidade, mas no nosso caso, basicamente, houve, evidentemente, um aumento da corrente de comércio nos dois sentidos. Quer dizer, aumentaram tanto a exportação quanto a importação. E, em certos momentos, a exportação cresceu mais depressa, até como taxa diferencial, do que a importação.

Não obstante, a balança comercial — pode ver na outra tabela — as exportações e as importações estão ali, estão caindo agora, as importações e as exportações, não queremos isso. Queremos que voltem a subir as duas, porque no mundo contemporâneo é assim. E o que vale é perguntar o que é que se está importando. Basicamente, o qeu nós estamos importando, embora não tenha nenhuma tabela aqui, são máquinas, equipamentos e matéria prima, 70% (...) equipamento e matéria prima é o que nós importamos. Isso significa que um eventual déficit da balança comercial — que nesse ano não vai passar de 3,5, 4 bilhões — é muito pequeno diante do PIB. O nosso PIB esse ano, está por volta de 750 bilhões. Portanto, o que é isso? É 4% do PIB. É isso? É pequena (...) é menos. É 0,4%. Bom isso é pequeno, não é nada que assuste. E ele significa, basicamente, uma mudança do tipo também, que tipo de vinculação da economia brasileira com a economia internacional e o fato de que nós estamos importando equipamentos e matéria prima significa que nós estamos nos preparando para aumentar a produtividade e a produção e, num passo seguinte, as exportações.

Então, esse é o processo. Claro que se quiser fazer uma análise distorcida vai pegar pontualmente, como eu vejo até na telinha — sou habitual leitor de telinha de informações. Já não se pode mais medir a inflação dia-a-dia porque não tem mais graça. Agora, se descobriu uma outra coisa engraçadinha, que é medir a importação e a exportação dia-a-dia. Não adianta nada. É um dado inútil, que, às vezes, serve para bolar uma manchete que, eventualmente, pode aumentar alguma venda, mas que, no dia seguinte, a pessoa já esqueceu até porque mudou o dado. Bom, então é essa situação.

Nós tomamos medidas para incentivar exportações. Nós fizemos seguro de crédito, ampliamos o Proex que é um programa de equalização das taxas de juros para facilitar os exportadores, desoneramos o ICMS e reduzimos, como mostrei aqui, o custo Brasil e vamos continuar nessa linha para enfrentar essa situação.

Devo dizer que um sinal muito significativo a respeito da economia brasileira é esse relativo aos investimentos estrangeiros. Vejam os senhores, isso é muito interessante. O investimento direto, até outubro de 96, foi de 6 bilhões e 630 milhões de dólares. Até o fim do ano, deve ser entre 7 bilhões e 8 bilhões de dólares. Vai chegar a 8 bilhões de dólares. Pois bem, direto. O outro de cima é *porfólio*, é o capital que vem para ações. Vejam como inverteram tudo. Olha em 93 e olha em 96. Em 93, o dinheiro que vinha era para bolsa. Em 96, o que vem é para produção. Isso altera a composição das nosass reservas que estão por volta de 60 bilhões, 58.6. Qual é o conceito dessa reserva? É liquidez, é de liquidez internacional, ou seja, nós temos aí, até outubro, 58,6. E as reservas que, no passado, eram, o que os economistas chamam de *'hot money'*, dinheiro quente, que sai depressa. Agora, crescentemente, é dinheiro estável, o que dá ao Brasil aquela tranquilidade de qualquer mexida internaciona não tem como conseqüência um nervosismo aqui porque nós temos... Essas reservas são nossas, não podem ir embora, só uma parte delas. Então, eu acho que são sinais muito significativos.

Isso tudo foi feito sem que nós nos esquecêssemos das políticas sociais, porque eu mostrei dados, aqui, sobre as conseqüências quase automáticas da estabilização sobre o bem estar da população. Isso não exime o Estado de se reorganizar — já falarei sobre isso — e de ter políticas sociais específicas.

Na área da Previdência Social, vê-se, aí, com clareza, que os benefícios cresceram muito mais depressa do que a inflação. Olhem lá os dados. O aumento do valor real médio do benefício foi de 39% entre 94 e 96, em moeda estável. Se isso fosse na (...) inflacionária teria deflacionar. 39% está deflacionado aí. Aí já está deflacionado, é real, aumento real. Mas 39% com a moeda estável, é isso que eu quero dizer, significa muito mais do que mesmo deflacionada com moeda inestável. Porque com moeda (...) se deflaciona, na hora que o sujeito recebe já não tem o que comprar. Aqui, não.

Então, esse esforço da Previdência foi feito com esses mecanismos que o Ministério da Previdência tomou para poder sustentá-los. Podem ver por aí que a concessão aumentou o número de benefícios entre janeiro... Este ano, entre janeiro e novembro, foram 710 mil novos beneficiários, quer dizer, está aumentando a média e está aumentando o número. Então, a carga da Previdência é muito grande e o governo está fazendo todo o possível para evitar o déficit, mas ele precisa da reforma da Previdência, sem a qual, num largo prazo, num médio prazo, nós vamos ter problemas muito difíceis. E são problemas claros. O diagnóstico está aí. Todo mundo sabe que tem que ser feito, é fazer.

Bom, ao mesmo tempo o governo tomou medidas sobre a chamada 'renda mínima'. Freqüentemente, se fala em programa de renda mínima. Nós temos programa de renda mínima. Vejam aqui: nós temos um programa que foi implantado, foi decisão do Congresso implantada nesse governo: nós estamos atendendo 280 mil deficientes, 40 mil idosos, 340 mil crianças e adolescentes, além de 560 crianças e, aí, é bolsa de carvoaria, de trabalho infantil, no Mato Grosso do Sul. Nós estamos combatendo o trabalho infantil. Isso tudo é renda de dar a quem não tem renda e que nunca contribuiu para o sistema. É redistribuição de renda. É sempre insuficiente porque o Brasil precisa de muitos milhares, de milhões, mas o governo tem programa de renda mínima. Sendo que, com é sabido, na área rural, onde não há contribuição, onde não houve a contribuição, houe um aumento muito grande dos beneficiários. Isto tem que ser assim porque essa população precisa de apoio. Não adianta dizer: não contribuíram. Sim, mas o governo tem obrigação de mantê-los porque são cidadãos, são pessoas, são seres humanos. Então nós temos que tirar de quem? De quem tem. O sistema previdenciário tem que ser redistributivo. Mas nós estamos ativos nessa matéria.

Nas áreas mais especificamente das políticas sociais, nós tivemos, efetivamente, um avanço grande na descentralização dos serviços e saúde. Podem ver que no SUS — Serviço Único de Saúde — os municípios que passaram à ter a gestão semi-plena passaram de 24 para 137, e a parcial de 537 para 618. E a insipiente aumentou também, tem mais municípios. Bom, o que acontece? Para isso, nós tivemos que criar mais conselhos de saúde, que passaram de 2.433 para 3.031. Vejam o que significam programas sociais num país continental como o Brasil. Temos 5 mil municípios.

A implantação do SUS requer controle da sociedade: criar os conselhos, colocar nos conselhos os representantes, é um processo, não é um ato, não é uma decisão de império, é um convencimento, é um processo que é também político, de convencer, é de distribuição de poder também. Vai devagar? Vai devagar. Tem imperfeições? Tem muitas imperfeições. Ontem, o ministro Albuquerque falou sobre o assunto e todos os munistros têm que falar sobre o assunto mesmo e temos que agir nesta área, mas não se pode imaginar que nada esteja sendo feito, porque está sendo feito.

Podem ver no gráfico seguine que há alguns programas que considero, pessoalmente, embora sem ser médico, fundamentais como os agentes comunitários de saúde e as equipes de saúde da família, que aumentaram consideravelmente. Agente comunitário da saúde é um programa fundamental para as zonas mais pobres do Brasil. É um programa pelo qual se treinam pessoas para dar assistência sobre questões elementares, de asseio, de alimentação, pequenos cuidados médicos e que são, às vezes, pagos pelas Prefeituras (...) com o governo federal, recrutados pelas Prefeituras locais, e que tem uma incidência positiva imensa sobre a saúde média da população.

E vejam que nós aumentamos muito o número de agentes comunitários de saúde. Por definição, esses agentes são transitórios. Já há movimentos para que se transformem em funcionários públicos e, evidentemente, distorcer tudo, porque são serviços eventuais, uma fase da vida de quem presta serviços. E, se nós transformamos tudo isso em funcionário público, não vai dar certo. Então, o governo reage a isso, mas é muito favorável a mais agentes de saúde. Assim como os médicos de família. Podem ver os dados aí sobre os médicos de família, equipes médicas nos municípios, quer dizer, isso tem a ver, realmente, com a população mais pobre do Brasil.

Esses são os programas de que o Brasil precisa. Eu, ontem, disse, ao dar posse ao novo ministro da Saúde, que não se trata de não ter uma medicina curativa de Primeiro Mundo, primeiro nível. Temos que ter. Mas nós temos que atender nossa população que não está vivendo no Primeiro Mundo, e que precisa, sim, de uma assistência mais prestante. E essa assistência mais prestante depende dessa reorganização, da ênfase no combate, nas campanhas epidemiológicas, no atendimento às famílias, no agente comunitário de saúde, na nutrição. Evidentemente, aumentando a quantidade de ingestão protéica vai melhorar a condição de saúde da população, e vai acontecer porque já está acontecendo — peço que mostrem — uma redução drástica na taxa de mortalidade infantil.

Eu sei que esses dados de mortalidade infantil devem ser manejados com cuidado. Não estou querendo transformar isso em bandeira de êxito, mas há órgãos internacionais que acompanham. A Igreja os acompanha. E esses dados passam por esse motivo. Talvez estatisticamente, seja cedo para dizer qual é o efeito em termos de proporção. Mas os senhores podem verificar, aí, que a redução — aqui há uma tabela que mostra a redução — varia entre, de Estado para Estado, dos Estados mais pobres, de 28% até 60% da questão da mortalidade infantil. É muito forte. É claro que a redução é mais forte no início dos programas, porque isso aqui muda qualitativamente. Depois essa taxa tende a cair com menor velocidade.

Vem, acho que é um desafio. Eu quero que o ano que vem seja o ano da saúde. Já disse isso ontem. Nós temos que colocar holofotes sobre a questão da saúde, com muita liberdade de crítica. O Brasil não está dentro de caixotes mentais. O que se faz é bom, mas pode-se fazer melhor e, quem sabe, outras coisas, e com coragem. Vamos enfrentar a questão da saúde. Vamos precisar de uma mobilização de governo para isso.

Quero dizer que este ano, que está terminando, foi o ano da educação. Nós fizemos muita coisa, com a ajuda do Congresso. Aqui, quero agradecer. Ao ministro da Coordenação Política, Luís Carlos Santos, que foi líder no Congresso e, hoje, é coordenador político do governo. Agradecer aos líderes do governo e aos líderes partidos, porque os que não acompanham o dia-a-dia não sabem o que é isso. Não sabem o infinito trabalho que custa convencer, aceitar as modoficações necessárias. Às vezes, até não são as que o governo deseja. Mas compreender que é importante criar uma linha de força que permita avançar.

Agradeço ao ministro Luís Carlos. Agradeço a todos os líderes, porque, graças a isso, nós — só na educação, para dar um exemplo — nós aprovamos uma mudança constitucional de impacto funtamental, que é o chamado Programa de Valorização do Professor, que altera a distribuição de recursos. Os senhores sabem o que significa distribuir recursos entre Estados e municípios de uma área do Brasil para outra, em que umas vão dar dinheiro a outras, em que as zonas mais pobres vão ter dinheiro e as mais ricas, que não são ricas, vão perder dinheiro? Não é fácil. Foi feito.

Foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases. Oito anos no Congresso. Foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases, com a cooperação de muitos setores, até de... O relator da lei — eu quero fazer uma homenagem a ele, se o ministro Paulo Renato me permite — que é o professor Darcy Ribeiro, autor no Senado. Darcy Ribeiro. O substituto do Darcy Ribeiro. Foi de grande valia o que foi feito lá. E a câmara entendeu e alterou o que era necessário. E o minsitro Paulo Renarto se excedeu em ajudar essas trnasformações.

Isso foi feito neste ano. Eu dei dois exemplos. Mas, na educação, nós fizemos o 'provão', que é mudar a mentalidade. O Brasil, hoje, precisa de conferir qualidade, Não é só número, não. É qualidade. E, em matéria de educação, a exigência de qualidade é fundamental para o professor e para o aluno. Houve reação corporativa. Lamento registrar que reitores federais se insurgiram contra um programa de avaliação de qualidade. Eu, que sou professor universitário — fui a minha vida inteira — não entendo isso. E tinha dito diante de maus reitores. Não entendo isso, porque isso é abdicar da condição da dignidade universitária, que é a qualidade. Em outras matérias, é a igualdade na renda, na saúde. Mas, na educação, o desempenho é a qualidade. Pois bem, fizemos o 'provão'. Fizemos muitas coisas na área da educação.

Agradeço, de novo, ao Congresso. E quero dizer, usando a educação como exemplo, que agradeço em muitas matérias. E quero dizer que o presidente da Câmara e o presidente do Senado agiram em harmonia com o poder central. Harmonia não é submissão. É compreensão das necessidades do Brasil. Muitas vezes, há uma compreensão equivocada de que existe vontade de ingerência. Não da minha parte. Os senhores são testemunhas, senhores líderes, de que sempre estive disposto a discutir e transigir, quando fosse necessário, em função de argumentação e até mesmo em função de contingência política, para poder seguir adiante o caminho.

Os presidentes da Câmara e do Senado tiveram uma atitude para com os seus respectivos pares e para com o governo. Eu acho que isso é um fato auspicioso no Brasil. E deve existir essa harmonia. A Constituição diz isso: independência e harmonia entre os Poderes. É isso que nós estamos vivenciando: independência e harmonia entre os Poderes. Graças a isso, nós pudemos mexer na questão da educação. Vou dar dados: livros didáticos, merenda escolar, TV Escola, etc.

Ja mencionei — mas repito — na área social ainda, que, na questão relativa ao emprego e qualificação profissional, os recursos do Pró-emprego e do Proger, do Ministério do Trabalho, foiram de 1 milhão e 700 milhões e de 1 bilhão, ou seja, 2 bilhões e 700. E mais o ensino profissional, qualificação profissionaql, 200 milhões, ou seja, quase 3 bilhões de reais na questão da qualificação profissional, tendo treinado 170 mil no Proger e 570 mil na qualificação profissional. São números grandes. E serão maiores, no ano que vem.

Quero esclarecer, também, que é a mesma coisa que a merenda escolar, que aumentou, e nos programas de Comunidade Solidária, onde aumentou o número de municípios atendidos, de 302 para 1.111. O programa de saneamento e habitação; de alimentação, etc.

Muitas vezes, as pessoas vêem, equivocadamente, os números. Estou cansado de ver comparações de: 'O governo está gastando menos...' Menos do que o quê? E por quê? O ideal de um governo não é gastar mais, não. É produzir mais. Muitas vezes, gastou menos porque aumentou a produtividade. E a cojmparação fria de números não diz nada, a não ser quando as pessoas querem enganar ou têm alguma razão política. É claro que, em áreas em que houve diminuição da oferta, aí, sim, a crítica vale. Mas só comprar números de orçamento em geral não adianta.

E o Orçamento, como se sabe, no Brasil, é autorizativo. Não adianta comparar o orçamento de um ano com o executado no ano seguinte, porque a commparação não é justa, porque tem que comparar o que é que se gastou mesmo num ano com o que é que gastou no ano seguinte. Eu gostaria até de ver essa comparação feita aí... E a explicação que o governo tem que dar ao País. Por que é que gastou menos? Por que aumentou a produtividade ou por que cortou o programa? Por que cortou o programa? Porque há programas que devem ser cortados, porque são inúteis ou não têm o desempenho necessário.

Então, eu faço um apelo, aqui, aos ministros, para que prestem as informações e à mídia, para que seja mais exigente quanto à qualidade da informação prestada pelo ministro e por ela própria, para que a população entenda qual é o processo que está em marcha.

Quero dizer, também, que no que diz respeito à reforma agrária, que é outro item nessa matéria e que mostra, assim como mostram os outros programas, que é um tremendo equívoco imaginar que o governo se preocupa com o mercado e com a economia, e não com o resto. Estou dando os dados. E, também, é um tremendo equívoco pensar que isso seria possível sem a economia ir bem. São solidários. É uma visão estática errada pensar: ou a economia ou o social. Não. Não é tudo pelo social, tampouco, nem tudo pela ecponomia. Isso é um passado. É tudo junto. Tudo é pela população. E a população precisa tanto de desenvolvjimento econômico quanto de políticas sociais. E um governo que se preze não se encolhe, se expande, mas se expande para o bem, ou seja, para atender a quem precisa, de uma maneira eficiente e não crescendo a máquina. E não se pode imaginar que uma máquina grande, monstrenga, que está cheia de privilégios dentro dela, é boa para o País, porque não é. Então, aí tem que reduzir.

Pois bem, nunca deixamos de insistir na importância da reforma agrária. Não faltou quem criticasse, não faltou quem dissesse que não se fazia nada. Os dados falam mais forte do que qualquer comentário. Neste governo, em 95 e 96, desapropriamos 3 milhões de hectares de terra. Quem tem alguma noção de número e de hectare, e do que significa isso, sabe que é uma massa importantíssima de terra desapropriada. 'Ah' — dir-se-á — 'desapropria, mas não assenta'. Pois bem, nós assentamos — e estive lá, com o ministro Jungmann, com o presidente Sarney e a governadora Roseana — lá, no Maranhão, numa comunidade chamada Cumbique para distribuir títulos que correspondiam a cem mil famílias assentadas. Cem mil. Sabe qual era o projeto meu, de campanha? Cem mil em dois anos.

Nós discutimos muito — o Paulo Renato ajudou muito nesses programa e sabe disso — a questão de que era possível ou não, porque era um número audacioso. Claro que alguns concorrentes falavam em milhões, porque não têm noção. Não têm noção do custo, da possibilidade, da eficiência da máquina. Então, podem falar o que quiser, nós falamos com seriedade. A média histórica, do Brasil, de assentamentos, é de 16 mil famílias por ano. 12 mil — eu tenho falado em 16 — 12 mil por ano, me corrige o ministro. Nós estamos tendo, em média, 50 mil por ano, 100 mil em dois anos. E, até o fim do governo, vamos chegar a 280 mil famílias.

Assentamos, portanto, cem mil famílias em dois anos. Se a média for 12 dá 8 vezes mais do que a média. Dá para reclamar? Dá para dizer que o governo não está tomando as medidas necessárias? É necessário necessário fazer a ocupação de terra produtiva para isso? Ou isso é provoicação política? Vamos dizer as coisas como são. Nós queremos fazer reforma agrária, mas nós não vamos aceitar que haja, pura e simplesmente, desordem, a pretexto da reforma agrária, porque isso prejudica a reforma agrária. Estamos assentando.

Mais do que isso: o Congresso aprovou três leis absolutamente modernizadoras nessa matéria. O Congresso aprovou uma lei que faz com que os promotores acompanhem o processo de desapropriação. O Congresso aprovou uma lei do chamado rito sumário, que era uma exigência, que os primeiros que vieram aqui, falar comigo sobre isso, vinham como se isso fosse impossível, desafiando o governo, na certeza de que o governo seria incapaz de fazê-lo e de que teriam uma vandeira para criticar. Graças à compreensão do Congresso, à extensíssima negociação lá feita, foi aprovada, por unanimidade. E, ontem, o Congresso aprovou o ITR — o Imposto Territorial Rural.

Eu me recordo, como parlamentar, das tentativas do passado. Muito mais tímidas do que essa. E os governos não aprovaram. Governos aos quais eu me opunha, eu votava a favor, porque eu sei da importância disso, mas não conseguiam aprovar. Dessa vez aprovamos por unanimidade.

Também quero reconhecer a ação do Congresso, e no caso específico da reforma agrária, ao relator, que foi o senador Jader Barbalho. E a ação — reitero — dois líderes, do ministro coordenador, dos presidentes das duas Casas. Isto é um marco na história do Brasil contemporâneo. O problema desta lei do ITR não é aumentar a arrecadação. É mudar a qualidade. É, realmente, tornar a terra improdutiva onerosa para quem quiser detê-la. Isso foi feito, por unanimidade, pelo Congresso Nacional.

Eu acho que esse... Quem ainda pudesse imaginar que o Brasil não está mudando, e que o governo é 'néo-qualquer-coisa', está se esquecendo de que esse governo é um governo que está fazendo o que o povo precisa, porque está comprometido com o anseio popular. E não tem receio de levantar as teses mais difíceis.E não está preocupado com outra coisa, a não ser o bem do país, e nçao quer saber se bancada tal ou qual vai votar a favor da reeleição ou nãop. Votem como quiserem. O importante é o Brasil.

E nós vamos continuar agindo dessa maneira. E o Congresso está agindo dessa maneira. A reforma agrária, o que foi feito, em termos do marco jurídico é, realmente, um marco. E o efeito está aí visível, em termos das famílias que estão avançando, além do Pronaf, que eu já mencionei aqui, para beneficiar os que têm terra.

E devo dizer também, repetir, que também no que diz respeito...fizemos a renegociação da dívida, podíamos tê-la feito antes, já disse isso mais de uma vez. É que é difícil. É difícil até de entender a temática. Mas nós fizemos, nós vamos aumentar a área plantada. Está começando a haver uma recuperação da renda agrícola, porque os preços internacionais estão bons e porque a população está consumindo.

Enfim, senhores ministros, senhores líderes, eu, talvez, tenha me estendido além do que seria razoável. Falata muita coisa a dizer. Falta dizer que, na área da cultura houve um avanço imenso no que diz respeito à sustenção, pelo governo, de filmes. É uma coisa muito importante a produção de filmes no Brasil.

No que diz respeito ao patrimônio histórico, tomamos uma decisão importante, de apelo às empresas estatais, para que, ao invés de fazerem publicidade de coisas que não têm tanta relevância, sustentem a vida artística e cultural do Brasil. Estão fazendo. Estão fazendo no teatro, estão fazendo em vários setores da área cultural.

E eu não poderia deixar de dizer, para finalizar, que nós não nos esqueçamos do meio ambiente, onde a ação tem sido muito consistente por parte do ministro do Meio Ambiente e da preocupação global do governo com a questão do meio ambiente. Vamos fazer uam conferência no Rio, ainda, chamada de Rio mais 5. 5 anos depois da Conferência de 92. Hoje, a questão do meio ambiente se incorporou à temática de todos os níveis do governo.

Estamos ativos na questão, também aí, da questão da irrigação, porque é importante, não spo por causa da questão agrícola, mas também em termos de condições de vida da população. Retomamos uma questão que, no Brasil, era posta à margem, que era a defesa nacional. De alguma maneira, legitimamos o tema, como um tema do país. Dei diretrizes claras às Forças Armadas sobre a finalidade de a política de defesa nacional. Distribuimos a todas as chancelarias do mundo. O Brasil tem uma política clara de defesa nacional. E precisa ter. E tem. É feita com o apoio do governo e do país. Será discutida no Congresso. Foi feita não só pelos ministros militares, mas pelos ministros da Justiça. Casa Civil, Relações Exteriores, Assuntos Estratégicos, para retomar a questão, com seriedade, da defesa nacional. Não tive nenhuma dúvida em verificar o que está acontecendo no serviço de informações. Pela primeira vez na história do Brasil, o presidente da República foi lá, para uma turma nova de agentes de informação. E a imprensa presente, fotografando, para mostrar que é um assunto importante. E o marco é a democracia. O marco é a Constituição. Portanto, tem legitimidade no país.

E não nos esquecemos, nunca, dos direitos humanos. Repusemos o tema. Áreas difíceis: reparação de eventuais atropelos no passado. Difíceis. O presidente teve que se manifestar, com certa reserva, em dada ocasião. Respeitou as decisões. O Congresso apoiou. O País, também.

Mexemos na questão dos negros. Mexemos na questão das mulheres. Retomamos esses temas. E dos índios. Pena que não esteja aqui, hoje, o ministro da Justiça, que, agora, sabe tanto de índios quanto os antropólogos. O que parecia ser uma catástrofe internacional, quando tomamos uma medida para tomar mais estável a base jurídica da demarcação das terras indígenas. E os mesmos grupos de sempre, que vivem, hoje, de buscar recursos lá fora, porque têm que dizsr que aqui vai haver uma grande ameaça, se mobilizaram. Não houve país onde eu fosse que não recebesser uma carta, como se este governo, dirigido por um homem que é membro da Associação Brasileira de Antropologia, desde a sua fundação, fosse capaz de tomar alguma medida que fosse em detrimento do interesse das culturas indígenas. É pura exploração política.

Pois bem, o ministro repôs, nas bases certas, a questão das demarcações e demarcamos mais terras do que nenhum governo no Brasil. Eu não vou dizer os números poeque não os tenho de cor. São milhões de hectares. Os indígenas dispõem, hoje, são cerca de 300 mil, de 11% do território nacional. E as poucas reservas, três ou quatro, onde ainda há dúvidas sobre os limites, estão sendo negociadas com muita compreensão e com absoluto respeito ao direito dos indígenas e também daqueles que, hpa mais de cem anos, vivem nessas terras, porque não nos leva um atropelo. A mesma atitude democrática de respeito dos direitos vale para todos os brasileiros, indígenas ou não indígenas. Embora, evidentemente, o respeito à terra e à cultura indígena sejam um marco da nossa política indigenista.

Em poucas semanas, talvez, o ministro da Justiça poderá dizsr ao país e ao mundo que, efetivamente, cumpriu aquilo que disse que faria: deu uma estabilidade às terras indígenas jurídica. E as poucas pendências foram resolvidas, no absoluto respeito aos indígenas. E, hoje, o próprio Cimi de Roraima começa a reconhecer que foi assim.

Talvez eu tenha me excedido em ver o lado mais positivo nesse balanço porque eu tenho certeza de que não faltarão aqueles que vão chamar a atenção para os lados menos positivos.

Muito obrigado aos senhores. Eu pediria, agora, que, se algum ministro... O ministro Kandir quer acrescentar alguma coisa?”